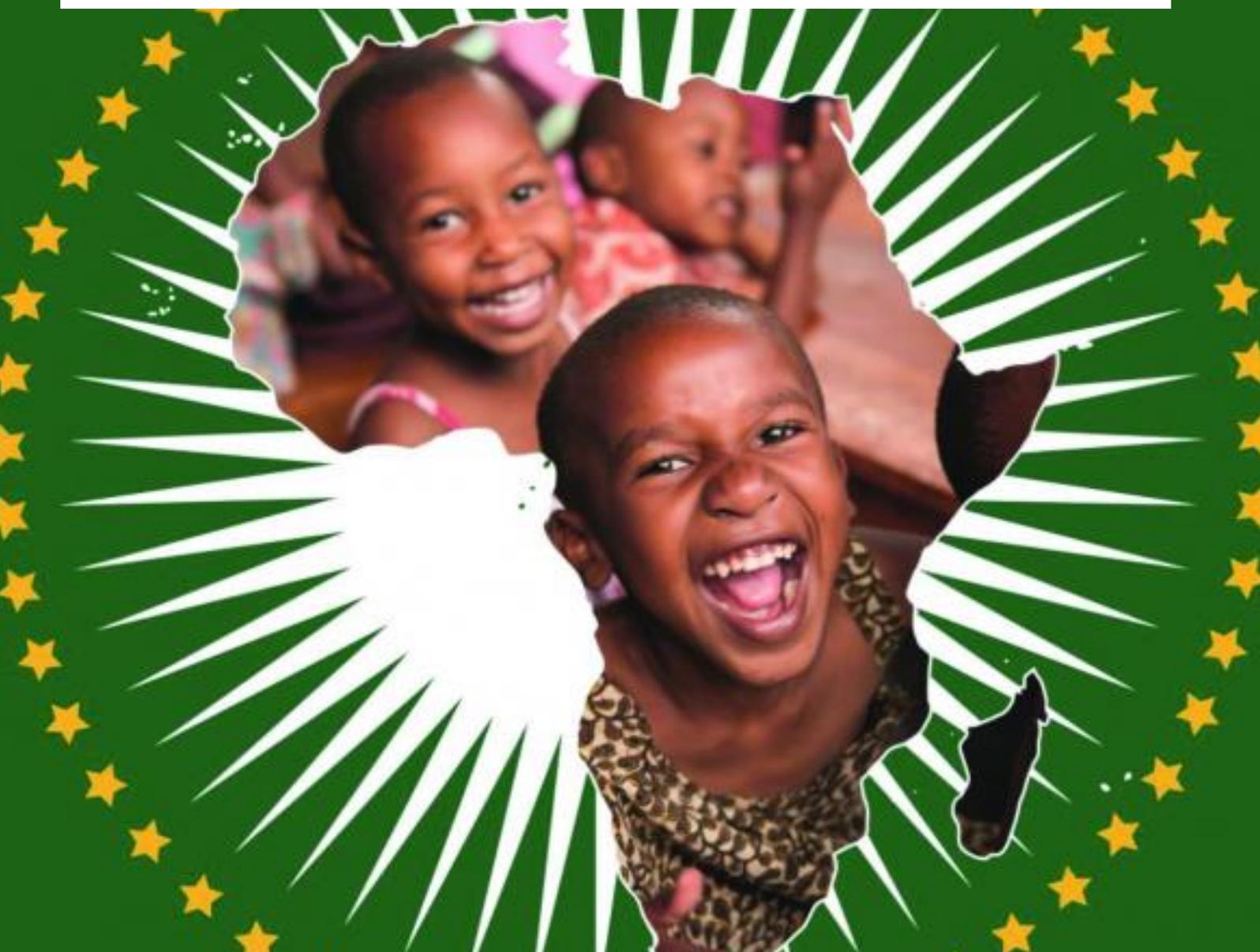


## COMO A UA E AS COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS (CERs) SE ENVOLVEM COM A EDUCAÇÃO COMO UM TEMA.

Este resumo de investigação faz parte da série compilada pelo Secretariado da CGE para divulgar e apresentar as conclusões e informações resumidas do relatório publicado com o título *"Em Busca de um Lugar na Implementação da Estratégia Continental de Educação para África (CESA)"*. A investigação foi encomendada pela CGE para compreender de que modo a União Africana (UA) e as suas Comunidades Económicas Regionais (CERs) se engajam com o tema da educação, e para identificar que espaços e oportunidades existem para os grupos de educação da sociedade civil em África poderem interagir com esses organismos ao serviço de sistemas de educação pública mais equitativos e democráticos no continente africano.

Este resumo analisa especificamente a forma como a UA e as CERs se envolvem com o tema da Educação e o papel da sociedade civil nestas CERs. O resumo centra-se em 4 CERs que foram abordadas no estudo: Comunidade da África Oriental (CAO), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).



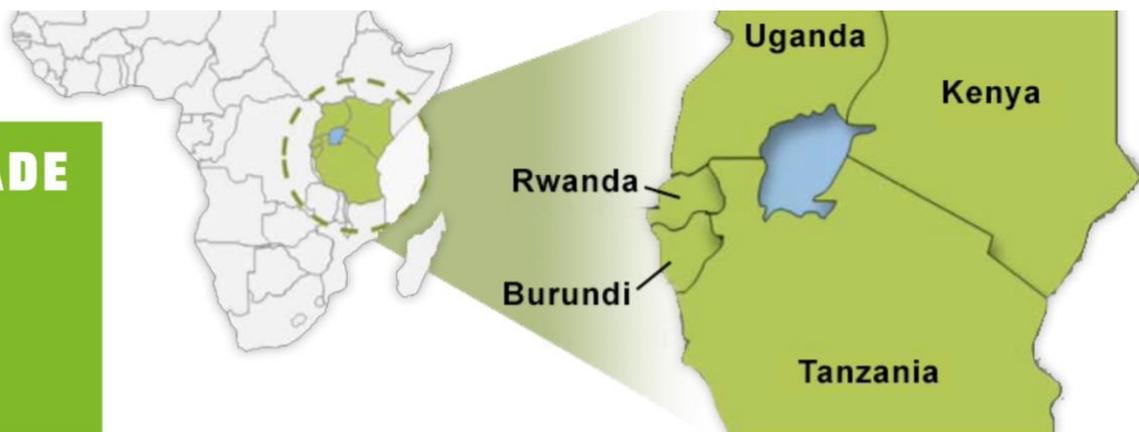
Para ver este resumo online, visite <https://campaignforeducation.org/en/resources/gce-reports>. A CGE realiza investigações orientadas para políticas que revelem uma influência credível e informada nos processos de políticas de educação nacionais, regionais e internacionais, com o objetivo de garantir que os governos e a comunidade global cumprem os seus compromissos no sentido de garantir o direito à educação e alcançar o ODS4 da agenda Educação 2030.

©2023 Campanha Global pela Educação. Todos os direitos reservados. Gerido pela CGE.

## A UA e as CER subsaarianas num relance

<p><b>NO</b></p> <p><b>ECOSOCC</b></p>	<p>Tratado de Abuja de 1991, que criou a Comunidade Económica Africana, previam a inclusão da sociedade civil nos programas da UA.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A Estratégia Continental de Educação (CESA) sublinha “fortes parcerias entre o governo, a sociedade civil e o sector privado” e explica que o mecanismo para isso é “uma coligação de actores.</li> </ul>	<p>cluster de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia (HRST), que também inclui Juventude, Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Não é um cluster ativo.</li> <li>A ANCEFA e outros grupos educativos pan-africanos não participam no cluster.</li> </ul>	<p>Educação para África (CESA 16-25)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Direcção de Educação, Ciência e Tecnologia (ESTI)</li> <li>Comissão Técnica Especializada (STC-EST)</li> <li>C10 – Campeões da Educação</li> <li>Clusters CESA</li> <li>Relatório Continental (em conjunto com a UNESCO) (o primeiro relatório foi publicado em 2023, os próximos planeados para 2025 e 2030)</li> </ul>	<p>no Documento CESA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>ANCEFA tem MOU com AUC</li> <li>EI preside um Cluster CESA; A FAWE co-coordena um cluster; AfECN coordena um cluster; 2 ONGIs coordenam mais dois clusters</li> <li>FAWE e ANCEFA convidadas para o Comité Diretor do Ano da Educação 2024</li> </ul>
<p><b>EAC</b></p> <p><b>EACSOFF</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Artigo 127.º do Tratado da EAC compromete-se a reforçar a parceria com a sociedade civil e o sector privado, a proporcionar um fórum para consultas e diálogo com eles e a apoiar a criação de um ambiente favorável à participação da sociedade civil no desenvolvimento da EAC.</li> <li>A EAC concedeu o estatuto de observador a muito poucas organizações da sociedade civil, tendo estabelecido “regras e requisitos rigorosos” para tal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A integração da Ciência e da Tecnologia é uma área temática prioritária para a EACSOFF, mas não está claro como isto se relaciona com a educação.</li> <li>Os NECs não fazem parte de nenhum cluster EACSOFF.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação um dos comités sectoriais que inclui também ciência, tecnologia, desporto e cultura</li> <li>Foco na harmonização dos currículos e dos sistemas de exame, certificação e acreditação</li> <li>A educação é um dos sete sectores prioritários que a EAC se comprometeu a “liberalizar progressivamente” como parte da garantia da livre circulação de serviços entre os países da EAC.</li> <li>A EAC desenvolveu e adoptou sete planos estratégicos de educação, abrangendo os diferentes subsectores da educação, como parte dos seus “esforços para facilitar a rápida integração do sector da educação na África Oriental”.</li> </ul>	<p>Nenhum</p>
<p><b>CEEAC</b></p> <p><b>DESCONHE</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A estrutura da CEEAC dispõe de uma Unidade da Sociedade Civil. No entanto, há muito pouca informação sobre isso.</li> <li>O interesse em trabalhar com a sociedade civil parece estar concentrado na prevenção de conflitos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A educação faz parte do Grupo de Género e Desenvolvimento Humano, ao qual é atribuído um Comissário</li> </ul>	<p>Nenhuma informação</p>
<p><b>CEDEAO</b></p> <p><b>WACSOFF</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Tratado de Lagos que estabeleceu a CEDEAO comprometeu-se a “cooperar com organizações não-governamentais regionais e organizações voluntárias de desenvolvimento, a fim de encorajar o envolvimento dos povos da região no processo de integração económica” e a “criar um mecanismo de consulta com essas organizações.”</li> <li>A CEDEAO foi a primeira comunidade económica regional em África a conceder o estatuto de observador às</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um dos grupos temáticos da WACSOFF é Empreendedorismo, Emprego Juvenil e Educação. Este não é um cluster ativo.</li> <li>Os CNE da região não participam no cluster.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A educação está no Departamento de Desenvolvimento Humano e Assuntos Sociais da CEDEAO</li> <li>Decisão de estabelecer uma Agência de Educação especializada na África Ocidental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A ANCEFA, a Oxfam e outras OSC colaboram com o Secretariado da SADC em matéria de tributação, mobilização de recursos internos e financiamento da educação.</li> </ul>
<p><b>SADC</b></p> <p><b>SNCs SADC-CNGO SATUCC (Comités Nacionais da SADC)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Tratado de Lagos que estabeleceu a CEDEAO comprometeu-se a “cooperar com organizações não-governamentais regionais e organizações voluntárias de desenvolvimento, a fim de encorajar o envolvimento dos povos da região no processo de integração económica” e a “criar um mecanismo de consulta com essas organizações.”</li> <li>A CEDEAO foi a primeira comunidade económica regional em África a conceder o estatuto de observador às organizações da sociedade civil.</li> <li>O Artigo 23 do Tratado da SADC e alterações subsequentes [artigos 5(2b) e 16A] comprometem-se a trabalhar com a sociedade civil e actores não estatais.</li> <li>Estratégia de Envolvimento com Atores Não Estatais (aprovada em 2022)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reunião Anual de Ministros da Educação (em conjunto com os Ministros responsáveis pela Ciência e Tecnologia)</li> <li>Estratégias e Quadros de Educação, Ciência e Tecnologia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Envolvimento informal de grupos da sociedade civil na reunião de Ministros de 2022 no Malawi (Documento de Posição das OSC)</li> </ul>

## A COMUNIDADE DA ÁFRICA ORIENTAL (CAO)



### CAO e Educação

A abordagem da EAC à educação é em grande parte um reflexo do foco da Comunidade na integração económica e nas questões comerciais e de investimento relacionadas. Quando se fala em educação, a linguagem está repleta de referências à sua importância para o desenvolvimento económico e para a satisfação das exigências técnicas e empresariais do século XXI, levando a uma aposta na harmonização dos currículos e dos sistemas de exames, certificação e acreditação, como factores importantes para facilitar a livre circulação de recursos humanos na região da CAO.

A mobilidade de professores e estudantes é vista como uma vantagem para a livre circulação de pessoas entre os Estados Parceiros, conforme previsto no Protocolo do Mercado Comum da CAO. Não há referências ao CESA na cobertura de temas relacionados com a educação pela EAC. A educação é também um dos sete sectores prioritários que a CAO se comprometeu a "liberalizar progressivamente" como parte da garantia da livre circulação de serviços entre os países da CAO (GIZ 2022).

Este ano, a CAO desenvolveu e adoptou sete planos estratégicos de educação, abrangendo os diferentes subsectores da educação, como parte dos seus "esforços para facilitar a rápida integração do sector da educação na África Oriental". A nível institucional, a educação está incluída num dos comités sectoriais que também inclui ciência, tecnologia, desporto e cultura, e também estaria ligada a um segundo comité sectorial que trata do género, juventude, crianças, protecção social e desenvolvimento comunitário.

### Compromisso com a sociedade civil

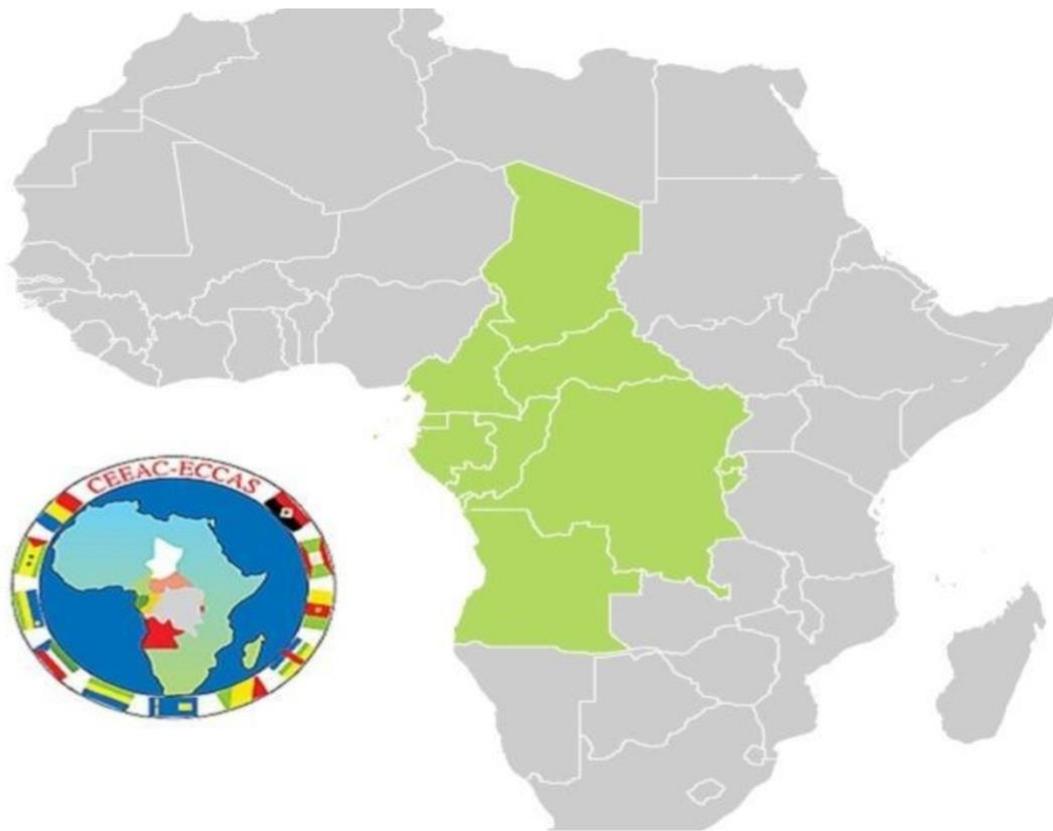
O Fórum das Organizações da Sociedade Civil da África Oriental (CAOSOF) foi criado em 2005 para facilitar o envolvimento e o envolvimento das OSC na região com a EAC. Define-se como "a principal organização de plataforma que reúne organizações da sociedade civil na região da África Oriental.

O seu objectivo geral é ter um processo de integração da Comunidade da África Oriental (CAO) que inclua as vozes dos cidadãos da África Oriental e responda às necessidades e exigências do povo. Isto está em linha com o Tratado da EAC, que estipula que a integração regional e o desenvolvimento na comunidade devem ser centrados nas pessoas e participativos".

A EACSOFF organiza o Fórum Anual do Secretário-Geral, que proporciona uma oportunidade para o sector privado, OSC e grupos interessados partilharem experiências e fazerem lobby junto da CAO. O fórum também discute questões de governança na região.

Como organização regional mandatada para actuar como ponto focal e intermediário, a CAOSOF também se envolve com os estados membros da CAO em políticas e processos regionais. Não há informações online atualizadas sobre o tipo de compromissos realizados recentemente.

# COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA CENTRAL (CEEAC)



## CEEAC e Educação

A atribuição de uma Direcção própria para a educação na estrutura anterior do ECASS pode ser vista positivamente como uma declaração de intenções e um reconhecimento da importância do tema. O posterior agrupamento do género e do desenvolvimento humano no gabinete de um Comissário, e a colocação da educação nesse agrupamento, continua na mesma direcção.

O ECASS declarou o ano de 2022 como o ano do Desenvolvimento Humano. Um artigo recente de Kapinga Yvette Ngandu, Comissária para o Género, Desenvolvimento Humano e Social (GHSD), sublinhou que a educação está no centro de todo o desenvolvimento – económico, social e ambiental – e que os conflitos armados, as catástrofes naturais e as crises de saúde são parte dos desafios que minam as sociedades na região ECASS – todos os quais afectam o fornecimento, o acesso e a manutenção dos serviços de educação básica.

A abordagem do capital humano é evidente na ênfase geral do ECASS na educação como uma ferramenta de integração económica, mas há um reconhecimento de que a educação é um direito humano fundamental e que a construção de sistemas educativos resilientes é fundamental para proporcionar acesso equitativo a uma educação de qualidade, mesmo em tempos de crise. A ECASS declara que o sucesso dos seus planos de desenvolvimento depende “da força transformadora da educação, da ciência e da cultura”.

Outros indicadores do trabalho educativo do ECASS podem ser vistos no seu plano estratégico conjunto com a UNICEF (WCA) (2022–2025), que se centra em três áreas de cooperação: “educação de alta qualidade, inclusiva e resiliente; acesso aos serviços de registo de nascimento e certidões de nascimento; e a geração e uso de dados.

Não existem referências ao CESA no portal da CEDEAO. As actividades desenvolvidas pelo CEDEAO em 2022 sobre a Educação PCAOe, por exemplo, ligam-se tematicamente ao Grupo de Educação PCAOe do CESA, mas a CEDEAO não está ativa nesse grupo. De um modo geral, existem poucos indícios que demonstrem o envolvimento da CEDEAO no CESA.

# A COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)

## CEDEAO e Educação

A nível institucional, o tema da educação cabe ao Departamento de Desenvolvimento Humano e Assuntos Sociais da CEDEAO. Inicialmente, a Educação estava em um departamento separado, juntamente com a ciência e a cultura. A sua fusão com a Direcção de Assuntos Humanitários e Sociais reflecte a crença da CEDEAO de que os pilares de desenvolvimento social e humano que essas duas Direcções foram designadas para construir pertencem à mesma categoria de melhoria e bem-estar da CEDEAO.

A CEDEAO criou uma Agência de Educação especializada na África Ocidental, em resposta às crescentes necessidades e desafios educacionais na CEDEAO. A decisão data de 2017, quando os Chefes de Estado e de Governo adotaram a recomendação dos Ministros da Educação da CEDEAO a este respeito. O papel principal da Agência é visto como a promoção da harmonização dos sistemas educativos na região da CEDEAO nas áreas de governação, currículo, reconhecimento e equivalência de certificados, garantia de qualidade e mobilização de recursos.

Quanto a casos concretos de envolvimento da sociedade civil, a ANCEFA teve algum envolvimento com a CEDEAO em 2017, quando interagiu com a reunião de peritos em educação da CEDEAO em Abuja e com a reunião dos Ministros da Educação em Lomé. A ANCEFA também ajudou no desenvolvimento da Estratégia de Envolvimento de Jovens e Raparigas da CEDEAO, que culminou na convocação virtual pelo Comissário de RHST da CEDEAO de um fórum sobre competências juvenis e oportunidades de TVET dentro da zona da CEDEAO.

Um caso recente de colaboração entre actores da sociedade civil na região e a CEDEAO sobre questões relacionadas com o financiamento da educação aponta os ganhos potenciais que tal colaboração poderia trazer para ambos os lados. À medida que os países da região procuravam recursos adicionais para responder às necessidades crescentes dos seus sistemas educativos no período da COVID, os grupos da sociedade civil sentiram uma oportunidade de se envolverem com os governos e com a CEDEAO em questões relacionadas com a mobilização de recursos internos.

Um importante ponto de entrada foi fornecido pelo Índice de Desigualdade da Oxfam, para o Comité Directivo para o qual convidou representantes da CEDEAO, do Banco Africano de Desenvolvimento, da organização regional da sociedade civil WACSOF, e outros. Quando o Presidente da Serra Leoa anunciou, em 2018, os seus planos para tornar a educação acessível a todos, destacando o desafio de encontrar os recursos para o fazer, a Oxfam envolveu-se e apresentou ideias centradas na optimização dos recursos internos, incluindo a introdução de regulamentos sobre preços de transferência. A Oxfam envolveu o Ministério das Finanças e outros na Serra Leoa para chegar a acordos sobre as ações políticas recomendadas, enquadrando-as no trabalho do Índice de Desigualdade. Este enquadramento permitiu ligar a questão da crescente privatização da educação na região aos desafios de mobilização de recursos internos. Os entrevistados do lado da sociedade civil falaram da receptividade da CEDEAO às suas ideias.

Não há referências ao CESA no site da CEDEAO. As atividades realizadas pela CEDEAO em 2022 sobre Educação para a Paz, por exemplo, ligam-se tematicamente ao Grupo de Educação para a Paz da CESA, mas a CEDEAO não está ativa nesse grupo. No geral, há poucas evidências que demonstrem o envolvimento da CEDEAO na CESA.

## Envolvimento com a Sociedade Civil: Fórum da Sociedade Civil da África Ocidental (FSCAO)

- O Tratado de Lagos que estabeleceu a CEDEAO declarou que o órgão intergovernamental “cooperará com organizações não-governamentais regionais e organizações voluntárias de desenvolvimento, a fim de encorajar o envolvimento dos povos da região no processo de integração económica e mobilizar os seus técnicos, apoio material e financeiro. Para esse efeito, a Comunidade criará um mecanismo de consulta com essas organizações.» A CEDEAO foi a primeira comunidade económica regional em África a conceder o estatuto de observador às organizações da sociedade civil (Reinold 2019).
- O tratado revisto da CEDEAO de 1993 é creditado com uma mudança para uma agenda mais centrada nas pessoas. Ao apelar à cooperação com as OSC regionais e à ampla participação dos cidadãos da África Ocidental no processo de integração regional, ocorreu “uma mudança importante tanto na estrutura como no carácter da cooperação da África Ocidental” (WACSI).
- Já em 1996, por decisão do Conselho de Ministros, a CEDEAO criou o Fórum de Associações Reconhecido pela CEDEAO (FARE) como uma “instituição de ponta”, para colmatar o fosso entre a sociedade civil, a WACSOF e a WANEP foram a certa altura descritas como “modelos clássicos de interface que outras regiões deveriam estudar e adaptar” (Moyo 2007, p.8). O modelo de organização regional da WACSOF foi adoptado noutras partes do continente por outras CER, enquanto a WANEP foi trazida pelas CER de outras regiões para ajudá-la a desenvolver modelos de envolvimento civil na prevenção de conflitos e em assuntos relacionados com a paz e a segurança.
- A actual inactividade da WACSOF e as dificuldades em garantir financiamento contrastam com o crescimento contínuo da WANEP e o nicho que conquistou e solidificou no campo da prevenção de conflitos (OSF 2016). “Desfrutando de uma parceria privilegiada e de um forte apoio da CEDEAO, a WANEP tornou-se o principal impulsionador da mudança nas operações de consolidação da paz em África”, como concluiu uma avaliação externa da WANEP em 2014.

# COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

## SADC e Educação

1. A educação na SADC está sob a alçada da Direção de Desenvolvimento Social e Humano (SHD) do Secretariado da SADC. Os agrupamentos ministeriais sectoriais pertencentes à SHD são (i) Saúde e VIH (ii) Juventude (iii) Educação e Formação (ET) e Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) e (iv) Trabalho e Parceiros Sociais.

A Reunião de Ministros da ET-STI realiza-se anualmente e é apoiada por um Oficial do Programa de Educação do Secretariado da SADC.

Dada a natureza multisectorial das questões relacionadas com essas duas áreas, os Sindicatos dos Professores também colaboram com o Grupo Ministerial do Trabalho. A implementação do Protocolo da SADC sobre Trabalho e Emprego, que visa uma agenda de trabalho digno para todos, envolve o diálogo social tripartido entre governos, sindicatos (representados a nível regional pela SATUCC) e trabalhadores (Hulse et. al. 2019). . Grupos de educação da sociedade civil.

Actualmente, não existem redes regionais de NSA focadas na educação ou sindicatos de professores que tenham memorandos de entendimento com a SADC ou que tenham mecanismos de envolvimento formalizados com o Grupo Ministerial ET-STI. Qualquer envolvimento que tenha ocorrido até à data, como na reunião do Malawi em 2022, foi numa base ad hoc e não garantiu um envolvimento significativo para os grupos de educação da sociedade civil envolvidos.

Quanto aos sindicatos de professores afiliados à Internacional da Educação (EI) na região da SADC, são representados pela SATUCC, que tem 22 afiliados com um total de mais de 5 milhões de membros em 14 estados membros da SADC. Os afiliados são federações/confederações/congressos de sindicatos de diferentes sectores (como a COSATU na África do Sul e o Conselho de Sindicatos da Zâmbia). Os sindicatos de professores podem colaborar com o SATUCC através das federações sindicais das quais são membros. Não houve um caso tão recente de um Sindicato de Professores que passasse pela sua federação sindical nacional para trazer questões preocupantes para a SATUCC.

Para a SATUCC, se as questões nacionais ou regionais dos sindicatos de professores puderem ser classificadas como abrangidas pelo Grupo de Emprego e Trabalho (qualificações, estatuto), então eles seriam capazes de abordá-las no seu trabalho com a SADC. A SATUCC gostaria de poder envolver-se no amplo espectro de questões de desenvolvimento social e económico que consideram como preocupações suas e não se limitar apenas a questões de emprego e laborais.

Fora das organizações guarda-chuva privilegiadas, a Declaração da Cimeira dos Povos da SADC de 2022, convocada pela Rede de Solidariedade dos Povos da África Austral (SAPSN) (que Moyo [2022, p.101] considera um exemplo notável de contraforça transformista da sociedade civil) dedicou uma secção especial para o desenvolvimento da primeira infância (DPI). Apelou à inclusão do DPI no Protocolo de Educação e Formação da SADC, instou os governos da SADC a “estabelecer estruturas e sistemas para o DPI prosperar, especialmente para fornecer liderança, infra-estruturas e formação de professores para este nível”, e apelou à atribuição de pelo menos pelo menos 5% dos orçamentos nacionais para o DPI.

A SAPSN não tem memorando de entendimento com o Secretariado da SADC e não é uma das organizações guarda-chuva privilegiadas da sociedade civil. Aborda as estruturas da SADC a partir do exterior, por assim dizer. E embora a educação não seja uma das suas cinco áreas temáticas, a Declaração da Cimeira dos Povos de 2022 mostra que a rede está a assumir a educação como uma preocupação e que os seus membros a nível nacional incluem grupos de educação da sociedade civil que inserem questões de educação na agenda da rede e comunicações.

A acta da reunião e o comunicado de imprensa da SADC mostraram que a CESA não apareceu em nenhum dos documentos. A conclusão provisória a tirar aqui é que o desenvolvimento de políticas e quadros regionais da SADC não parece fluir ou interagir fortemente com a CESA como estratégia ou como quadro.

## Envolvimento com a Sociedade Civil: SADC-CNGO e SATUCC

Em Agosto de 2022, o Conselho de Ministros da SADC aprovou o Mecanismo Regional de Envolvimento dos Actores Não Estatais (NSA). O mecanismo aguarda agora para ser operacionalizado.

As OSC enfrentam dificuldades em estabelecer relações formais directas com as instituições da SADC (principalmente o Secretariado). Apenas duas das principais OSC regionais [o Conselho de Organizações Não Governamentais da SADC (SADC-CNGO) e a SATUCC] concluíram memorandos de entendimento com o Secretariado, o que proporciona um quadro jurídico para a cooperação e dá às OSC a oportunidade de serem convidadas para reuniões ministeriais. .

A SADC-CNGO e a SATUCC, juntamente com a Irmandade dos Conselhos Cristãos da África Austral, uma terceira rede com estatuto de MoU, formam uma Aliança Apex com responsabilidade pela organização de um Fórum Anual da Sociedade Civil, que geralmente ocorre antes da Cimeira da SADC. De acordo com Hulse et. al. “As OSC consideram que o Fórum da Sociedade Civil não contribui eficazmente com os contributos da sociedade civil para o processo de tomada de decisão da Cimeira, em parte porque não estão adequadamente informados sobre a agenda da Cimeira e no Fórum da Sociedade Civil da Aliança.

Mesmo o SADC-CNGO tem dificuldade em organizar reuniões com o Secretariado da SADC, apesar de estar na mesma cidade que o Secretariado.

Estudos conduzidos pela SADC mostraram que o envolvimento entre a SADC e os INE tende a ocorrer ao critério do Secretariado. Devido aos limites do acesso formal, algumas OSC recorrem ao estabelecimento de relações informais, que produzem resultados em alguns casos, mas permanecem altamente pouco fiáveis.

“A interacção entre as OSC e os órgãos da SADC ocorre principalmente através do Secretariado da SADC, mas o verdadeiro locus de poder dentro da SADC é o Conselho de Ministros e as suas reuniões de cimeira, onde as OSC são marginalizadas.” (Reinold, p.7).